

MIAR

crossref

Diadorim



Faculdade Santo Agostinho

revista fsa

www2.fsanet.com.br/revista

Revista FSA, Teresina, v. 11, n. 1, art. 18, p. 330-345, jan./mar. 2014

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2014.11.1.18>



WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung

latindex

Sumários.org

e-revist@s

DO MEIO AMBIENTE À MÍDIA: DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DA RIO +20

FROM ENVIRONMENT TO MEDIA: THE MEANING PRODUCTION ON RIO +20

Maráisa Lopes

Doutora em Linguística/Universidade Estadual de Campinas

Professora da Universidade Federal do Piauí

E-mail: maraisa_lopes@uol.com.br

Bom Jesus, Piauí, Brasil

Jessivan Costa dos Santos

Graduando em Engenharia Florestal/Universidade Federal do Piauí

E-mail: eng-florestal-ufpi@hotmail.com

Bom Jesus, Piauí, Brasil

*Endereço:

Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas. Rodovia Municipal Bom Jesus-Viana, Km 01, Planalto Horizonte, CEP: 64900000 - Bom Jesus, PI - Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 20/11/2013. Última versão recebida em 01/12/2013. Aprovado em 02/12/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

Esta pesquisa mobiliza o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, a partir do qual nos colocamos frente ao empreendimento de compreender o modo pelo qual alguns acontecimentos socialmente relevantes, em nosso caso a Rio +20, se configuram enquanto notícia no espaço discursivo do jornalismo. Nosso dispositivo teórico repousa nas noções correntes da AD, mais propriamente naquelas postuladas por Pêcheux, Guilhaumou, Malidier, Orlandi e recorremos a Lage, Mariani e Silva para tangenciar as questões relativas ao discurso jornalístico. Por meio de nosso investimento teórico-analítico, estabelecemos nosso arquivo, compreendemos suas condições de produção e observamos a existência de duas posições-sujeito a partir das quais os textos são produzidos: a *posição-sujeito jornalista brasileiro* e a *posição-sujeito jornalista estrangeiro*. Além disso, notamos que a Revista Veja mantém a prática da reprodução parafrástica sobre os acontecimentos socialmente relevantes, sem que haja um movimento polissêmico que dê vazão às interpretações possíveis.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Mídia. Meio Ambiente. Rio +20. Veja.

ABSTRACT

This research mobilizes the theoretical-analytical device of Discourse Analysis, which permits us to understand the way some socially relevant events, in our case, Rio +20, are configured as news in journalism discursive space. Our theoretical approach is based on current notions of DA, more properly, those postulated by Pecheux, Guilhaumou, Malidier, Orlandi and we have used Lage, Mariani and Silva to treat the questions concerning journalistic discourse. Through our theoretical and analytical investment, we could establish our archive, understand its production conditions and we have also observed the existence of two subject-positions from which the texts are produced: the Brazilian journalist subject position and the foreign journalist subject position. Furthermore, we could notice that the Revista Veja keeps the practice of paraphrastic reproduction concerning socially relevant events, not allowing a polissemic movement which opens the process to possible interpretations.

Keywords: Discourse Analysis. Media. Environment. Rio +20. Veja.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, observamos nos meios de comunicação formulações sobre os acontecimentos mais recentes. Vemos o trabalho de repórteres, redatores e editores sobre a língua, base material para que o discurso ocorra (PÊCHEUX, 1995), em meio a delimitações comuns ao discurso jornalístico, que, conforme Lage (2006, p.35), “possui[ria] regras próprias e sua produção deve[ria] objetivar uma comunicação eficiente, com aceitação social”.

Lendo os textos da área, parece-nos possível dizer que essa eficiência estaria ligada ao fato de que a informação aparece como algo evidente na esfera do discurso jornalístico. Funcionando no ponto de junção entre as instituições jornalísticas, os sujeitos jornalistas e os sujeitos leitores, a informação jornalística é tomada como o dado, o acontecimento, a declaração, o fenômeno apreendido em sua singularidade, de modo imparcial e isento, já que o “jornalismo [seria] função que se exerce hoje coletando informações (pessoalmente, pelo telefone ou via internet) e montando unidades de sentido diante do computador” (LAGE, 2006, p.80).

Assim, a imprensa se coloca como aquela que, na sociedade contemporânea, se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Faz parte dos discursos disponíveis sobre o jornalismo o fato de que a apuração das notícias, de que o requinte de detalhes “terá, no texto, efeito de realidade, isto é, contribuirá para a verossimilhança do relato” (LAGE, 2006, p.54) de que a defesa da precisão, da exatidão, da clareza (que repele a ambiguidade) e do equilíbrio são critérios para evitar o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação, uma vez que os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis (MARIANI, 1998).

Nesse meandro, aquilo para o que ainda não há um já-dito e acontecimentos para/sobre os quais se pode dizer algo, dadas as semelhanças com eventos anteriores, vão sendo organizados por filiações de sentidos possíveis, não apenas em termos de uma memória, mas também quanto aos seus desdobramentos futuros. Para isso, consoante Mariani (1998), “os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala” (*idem, ibidem*, p.60), encadeando ideias e criando a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos, convencendo, assim, seus leitores.

Esse movimento de administração de sentidos produz, enquanto efeito, um controle dos modos de representação das notícias e um efeito de completude dos sentidos contidos no jornal, já que “o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele,

leitor, é considerado incompleto” (MARIANI, 1998, p.100).

Esse efeito de literalidade, de objetividade, de completude, é parte constitutiva do funcionamento das Instituições Jornalísticas. É esse funcionamento que permite às empresas jornalísticas sustentarem, em seu projeto editorial, a produção de “um jornalismo crítico, apartidário e pluralista”.

Pensando esse efeito, observamos a necessidade de nos colocarmos face à compreensão dos processos de significação que constituem a relação entre acontecimentos socialmente relevantes, sua constituição/discursivização e a formulação de notícias.

Diante de tais apontamentos e filiando-nos a uma perspectiva discursiva materialista, propomo-nos a uma leitura que se desloque do conteúdo, pois assumimos o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso sobre, que torna objeto aquilo sobre o que se fala; atuando “na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1998, p. 60).

Memória que se nos apresenta no batimento entre as delimitações imaginárias produzidas pelos textos e por sua incompletude constitutiva; memória que buscamos compreender levando às consequências a relação entre e língua e história – não tomada como cronologia, mas em sua historicidade, condição para possibilidades de sentido.

Desse modo, pensar sobre como temos acesso a ‘informações’ acerca de acontecimentos socialmente relevantes se coloca como basilar, pois ‘informações’ circularam por diversos espaços midiáticos tomados como ‘veículos de comunicação’: jornais, programas de televisão, rádio, internet, revistas, livros, entre outros, que se caracterizam por trabalhar sob o efeito da apresentação dos fatos, enquanto notícias, como evidentes e da linguagem como transparente. Ao mesmo tempo, o consumo dessas informações se faz de modo naturalizado, sobretudo em função de estarmos inseridos em um tipo de sociedade em que a demanda por informação é muito grande, justamente porque vivemos sob a injunção de que para fazermos parte da sociedade, para fazermos parte do mercado de trabalho, necessitamos estar bem informados. Por isso, compreender como a versão sobre questões que envolvem problemáticas socialmente relevantes, tais como as relativas às questões ambientais, coloca-se como algo bastante profícuo.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Ao iniciarmos este projeto, colocamo-nos frente a um objetivo geral: o de pensar as relações próprias da abordagem de textos da esfera midiática, mais precisamente textos acerca da ocorrência da Rio +20.

Buscando o êxito de nossa pesquisa, foi necessário o estabelecimento de entradas mais específicas para nosso campo de estudo. Dessa maneira, procedemos a uma pesquisa teórica sobre a Análise de Discurso e a Rio +20, de modo geral; tentamos compreender, descrever e interpretar as regularidades e os efeitos de sentido produzidos pela mídia, em seu lugar de legitimidade de ensinar, de esclarecer, de democratizar a educação informando em todas as instâncias. Buscou-se, ainda, compreender os funcionamentos encerrados nos exemplares textuais selecionados, bem como a produção de sentidos acerca deste acontecimento socialmente relevante.

2.1 Perspectiva teórico-metodológica

Uma vez filiados a uma perspectiva discursiva de trabalho com a linguagem, colocamo-nos frente a um batimento que não nos permite delimitar, *a priori*, o modo de trabalho com nosso objeto de pesquisa, muito embora não haja, sob esse viés, análise sem mediação teórica, já que o analista deve se colocar em uma posição deslocada que o permita compreender o processo de produção dos sentidos e suas condições, e é justamente a perspectiva teórico-metodológica assumida que vai determinar o dispositivo analítico, pois ela orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo.

Assim, a constituição de um dispositivo de análise que trabalhe a relação descrição/ interpretação, atravessando a evidência de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito e remetendo à opacidade da linguagem, ao descentramento do sujeito e ao efeito metafórico (entendido aqui como efeito de transferência, tomada de uma palavra por outra) fora, de fato, basilar para as análises, mas condicionara-se ao trabalho efetivo com os exemplares textuais.

Desse modo, o constante vai-e-vem entre arquivo/teoria/análise fora imprescindível para que pudéssemos atingir a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos em nosso material.

3 DISCUSSÃO TEÓRICO-ANALÍTICA

3.1 Da constituição de nosso arquivo

Ao trabalharmos sob a perspectiva da AD, assumimos um deslocamento fundamental no estudo da linguagem: passar do dado ao fato, o que nos coloca no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo.

Assim, compreendemos com base em Orlandi (2004) que os dados não existem enquanto tal, pois já resultam de uma construção, uma vez que não são tomados pela AD como evidências, mas sim em sua relação com a interpretação, o real e a exterioridade. Vale dizer que a exterioridade não tem a objetividade empírica do ‘fora’ da linguagem, uma vez que intervém como tal na textualidade e se apresenta nos discursos, dando origem à produção da realidade com a qual o sujeito está em relação. Ainda de acordo com Orlandi (1994), o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio e é o vestígio do possível, o lugar próprio da ideologia ‘materializada’ pela história.

Nesse sentido, em AD, a noção de fato discursivo traz consequências para a análise, pois permite o trabalho com as noções de processo de produção de linguagem e acontecimento (MARIANI, 1998), já que esse fatos “são tomados enquanto inscrição material em uma memória discursiva” (PÊCHEUX, 1999, p.51).

É pensando sobre essas questões que somos remetidos à noção de arquivo, fundamental para o desenvolvimento de uma análise discursiva. Segundo Guilhamou & Maldidier (1994), um arquivo não se trata de um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de dados objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos.

Ainda sobre o arquivo, Pêcheux (1994) diz que, num sentido amplo, este pode ser entendido como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Tendo em foco nosso interesse pela Rio +20, selecionamos como material para esta análise notícias publicadas na Revista Veja.

Textos acerca dos acontecimentos da/na Rio +20 foram publicados em diversos momentos do ano de 2012, no entanto, recortamos para essa análise apenas os exemplares publicados em 13 e 20 de junho de 2012, pois tais foram tratados como ‘Especiais’, ganhando

destaque em suas respectivas edições, e o único texto versando sobre o tema que fora publicado na edição de 27 de junho de 2012, após o término do Encontro.

Além disso, com relação ao período recortado para a análise das matérias, importa dizer que um critério discursivo o sustenta: o discurso midiático constrói, enquanto notícia, um início e um fim para qualquer acontecimento. Assim, considerando essas três edições da Revista, temos acesso aos textos publicados anteriormente ao início das atividades da Rio +20, aos textos publicados durante sua ocorrência e após seu término.

Finalmente, resta-nos dizer ainda, tal como Pêcheux (1994) salienta, que o trabalho de leitura de um arquivo se dá na medida em que há a relação entre a língua como sistema passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história e, então, constituído nosso arquivo, nos colocamos face às interpretações sem margens, sem outro real, o que para Pêcheux (2002) trata-se de colocar-se frente a uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade.

3.2 De nosso movimento teórico-analítico

A Análise do Discurso de linha francesa filia-se a uma tradição europeia que “se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2003, p.19). E, além disso, inscreve-se numa perspectiva que coloca como basilar a necessidade de um dispositivo teórico para sustentar a leitura de textos (ORLANDI, 2006).

De acordo com Orlandi (2003), sob esse viés a língua é estudada pela perspectiva do discurso, ou seja, é vista como um objeto sócio-histórico. Desse modo, na AD busca-se compreender “como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2003, p.16).

Sendo assim, o discurso, tomado como efeito de sentidos entre locutores é analisado quanto ao seu funcionamento, na relação do que é linguístico com a exterioridade que o determina. Ou seja, sujeito e situação, anteriormente colocados para fora das análises linguísticas, contam fundamentalmente para Análise do Discurso (ORLANDI, 2006). E pensando nessa relação, somos remetidos a outra noção peculiar desse campo teórico: a das condições de produção do discurso.

Orlandi (2006), relendo Pêcheux, nos diz que a situação pode ser pensada, com fins explicativos, em seu sentido estrito (as circunstâncias de enunciação, o aqui e o agora do

dizer, o contexto imediato) e em seu sentido lato (o contexto sócio-histórico, ideológico). Partindo dessa formulação, no espaço discursivo sobre a Rio +20, teríamos como contexto imediato os jornalistas da Veja e de agências agregadas enunciando, a partir do momento específico que antecede, que materializa e que se coloca como posterior ao término das atividades do Encontro, para a terceira maior revista semanal de informação do mundo e a maior fora dos Estados Unidos, de acordo com as informações contidas no Site da Editora Abril; e em seu sentido lato, consideramos as injunções sócio-políticas em jogo na realização de uma conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, cujo foco seria a discussão sobre a renovação do compromisso político dos países com relação ao desenvolvimento sustentável.

Não menos importante é a questão de que, nesse tipo de análise, o sujeito não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso, a forma-sujeito. E isto se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem o discurso, pois nela jogam “a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor [e] a imagem que ele faz do objeto do discurso” (ORLANDI, 2006, p. 15) e possibilitam o mecanismo de antecipação que permite grande parte da argumentação, uma vez que aquele que melhor consegue se antecipar ao seu interlocutor, mais eficiente com a palavra se torna.

Perceber, então, o jornalista em sua posição sujeito e as relações de força inseridas no processo de enunciação é sair do campo das intenções, da ideologia como mascaramento da empiria e é, sobretudo, considerar que ‘algo fala antes em algum lugar’, que todo discurso se delinea na relação com outros, os dizeres presentes e aqueles que se alojam na memória. Além disso, a interpelação dos indivíduos em sujeitos é a própria possibilidade de ser sujeito, ou melhor, estar sujeito à língua e ser sujeito do que diz (PÊCHEUX, 1975).

Sobre isso, vemos em nosso material funcionar duas posições-sujeito-jornalistas diferentes: aquela que enuncia a partir dos ditames para os jornalistas brasileiros e aquela marcada pela enunciação de um grupo de jornalistas estrangeiros.

Observando a existência dessas duas posições-sujeito em nosso material, compreendemos que os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo, é retomar uma noção básica na AD: a de formação discursiva (FD), entendida como “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2003, p.43). Em nosso material de análise, percebemos que duas FDs se fazem presentes: uma, (FD1), enunciando a partir de um lugar que procura legitimar a importância da realização da Rio +20, o lugar do jornalista brasileiro que, atendendo aos preceitos do

jornalismo de base americana, acaba por escrever textos mais sintéticos, politicamente corretos e, outra, (FD2), enunciando a partir de formulações que (des)constróem a necessidade de uma ação como a Rio +20, classificando-a mais como um evento festivo que propriamente devotado às questões ecológicas.

O conjunto dessas formações discursivas acaba por formar um complexo dominante, o interdiscurso, entendido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2003, p. 33). É nesse complexo que somos expostos ao fato de que

saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2003, 10).

Nessa relação entre a memória institucional e a constitutiva, um trabalho de análise, como o nosso, que toma como objeto o discurso midiático, deve refletir acerca do processo de constituição da própria instituição Revista, como ela, ao se constituir, se discursivizou e, assim, compreender como alguns processos discursivos são fundamentais para o funcionamento de um discurso.

Nesse meandro, operamos com o efeito de pré-construído: a impressão de sentido já-lá que deriva de formulações já ditas, do interdiscurso, que faz com que ao enunciar haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer. Esse efeito de pré-construído pode ser observado, no espaço discursivo tomado como foco para essa pesquisa, se atentarmos para uma colagem de sentidos na polarização entre um posicionamento favorável à realização da Conferência:

O desenvolvimento sustentável, uma ideia que ajudei a lançar no palco global no Rio de Janeiro vinte anos atrás, ocupa agora um lugar central no modo como milhões de pessoas pensam (...).

Bandeiras internacionais hasteadas, tendas armadas em parques públicos, exposições por toda a cidade, comitivas estrangeiras emperrando o trânsito – assim é, neste momento, o Rio de Janeiro, engalado e congestionado pelo início da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. Os números são portentosos: 50000 visitantes, delegações de 190 países, ONGs de todo o tipo e indígenas do Brasil e de fora (...).

e, um posicionamento que questiona a real necessidade da realização do evento, apontando para outras possibilidades de atuação mundial –

Líderes mundiais – para a alegria de um eleitorado de tendência esquerdista que controla o equilíbrio do poder político em muitas economias desenvolvidas – fazem promessas atrás de promessas sobre a mudança climática, a extinção de espécies, o desmatamento e a pobreza no mundo.

Não é tão difícil entender como essa hipocrisia acabou por contaminar toda a parcela da nossa cultura com intenções aparentemente tão boas.

O que chamamos de ‘salvar a terra’ exigirá, na verdade, criá-la e recriá-la inúmeras vezes enquanto a humanidade a habitar.

É nesse sentido que se apresenta a noção de memória discursiva, trabalhada pelo interdiscurso, como um saber discursivo: o já dito que constitui o dizer e os esquecimentos. Pêcheux (1975) coloca duas formas de esquecimento: o número 01, da ordem da constituição – esquecimento ideológico –, no qual temos a ilusão de que somos a origem do que dizemos e, o número 02, da ordem da formulação – esquecimento enunciativo –, o qual nos dá a impressão de que aquilo que foi dito só poderia ter sido dito daquela forma, produzindo uma ilusão de realidade de pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem/mundo.

Ainda sobre os esquecimentos, ao retomarmos Orlandi (2003), quando diz que as ilusões apresentadas por Pêcheux (1975) não são defeitos, mas sim uma necessidade para que a linguagem funcione, podemos dizer que o jornalista, em sua posição sujeito, necessariamente, precisa ter a impressão de que suas formulações funcionam sob um efeito de evidência, como se aquilo que fora dito fosse tão ‘natural’ que não pudesse ser dito de outra forma.

Pensar sobre o funcionamento da linguagem é considerar sua incompletude e também o fato de que, segundo Orlandi (2006), todo discurso se faz na tensão entre o mesmo e o diferente, ou ainda, por dois processos: o de paráfrase e o de polissemia, leia-se, aquilo que se mantém e aquilo que rompe com os processos de significação e produz deslocamentos. Em nosso estudo, apreender os processos parafrásticos e polissêmicos coloca-se como fundamental para que possamos perceber se há, como em geral na mídia, uma manutenção do ‘mesmo’ (produtividade) ou, num deslocamento, o ‘diferente’ (criatividade) funcionando em nosso material. Sendo assim, partindo de uma breve observação, notamos que, mais uma vez garantindo a tendência da produção massiva, a Veja opta, quer por questões editoriais quer por sua política de tentativa de manutenção de apartidarismo frente aos acontecimentos, por manter quanto à Rio +20 o modo de abordagem mais recorrente na mídia brasileira: uma ação polarizada, em que há a apresentação de favoráveis x descrentes/ contrários, feita da mesma maneira que o fora anteriormente com outras questões de forte apelo social – dando o lugar da crítica, da contrariedade ao jornalista estrangeiro.

Além disso, Pêcheux (2002) assevera que um acontecimento convoca um espaço da memória e o reorganiza. Então, quando trabalhamos com um determinado material há questões que se colocam pertinentes em relação a ele. Assim, tomar a Rio +20, em sua discursividade, é atentar para os espaços da memória que são retomados, para o modo como os processos discursivos jogam nesse contexto e, por conseguinte, para o modo como os efeitos de sentido são produzidos. Importa mencionar, ainda, o ponto de que há um real próprio das disciplinas de interpretação: um real estranho à univocidade lógica, um saber que não se transmite, aprende ou ensina, que, no entanto, produz efeitos.

É importante ressaltar que, sobre a compreensão dos sentidos, a AD denota sua preocupação com as circulações cotidianas, pois é nos espaços discursivos estabilizados que se supõe que todo falante saiba do que fala e que todos os enunciados devam ser ‘transparentes’. Percebe-se aqui o funcionamento do Estado e das Instituições como polos de resposta e demanda social (PÊCHEUX, 2002).

Nesse viés, pensar a mídia como um espaço institucional, no qual, diversas relações estão em jogo (SILVA, 2001) é concebê-la para além de um controle social e analisá-la em seu funcionamento enquanto estrutura e acontecimento, isto é, um batimento contínuo entre a memória e sua atualização, já que a mídia é um dos lugares mais eficazes para se produzir a estabilidade da memória e atualizá-la como se sempre ‘algo tivesse funcionado daquele modo’ (MARIANI, 1999).

É no bojo dessa formulação que Mariani (1999) aponta para o fato de que para a instituição jornalística há um já-dito constituído juridicamente, que traz as exigências do poder religioso, político e jurídico, responsável por manter (ou não) certas informações em circulação. E Silva (2001) acrescenta, ainda, que para que o “dizer jornalístico (...) possa se constituir como tal, cabe impor determinados recortes” (*idem, ibidem*, p. 172).

Nesse sentido, atentar para o funcionamento da prática jornalística como aquela que se apresenta sob posições próprias sobre a gramática da língua e com uma ‘normatividade’ textual específica é remeter à concepção dos manuais de redação, junto aos próprios jornais, como uma referência de produção de textos e de produção de leitura (SILVA, 2001).

Assim, tomando como base essa especificidade da linguagem no discurso jornalístico, lançamo-nos a compreender a Heterogeneidade Enunciativa, mais precisamente o funcionamento do Discurso Relatado em nosso corpus, uma vez que esse artifício é bastante recorrente no espaço discursivo por nós selecionado e que, segundo Bakhtin (1929) a linguagem tem um caráter dialógico, uma vez que nossa competência discursiva, “se forma e se desenvolve em uma constante interação com os enunciados alheios” (FREITAS, 1994,

p.137) e para ele “não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que lhe sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia (...)” (*idem*, 2000, p.375).

Para tal, colocamo-nos em relação aos postulados de Authier-Revuz (1990/1998), na medida em que a autora propõe as noções de “heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso [que] representam duas ordens da realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Vale dizer que os processos de representação num discurso, daquilo que o constitui, podem ser estudados a partir de outras noções; no entanto, acreditamos que o trabalho com o discurso direto (DD) em que o jornalista assume posição de porta-voz das palavras proferidas pelo outro em uma outra enunciação, e com a questão da ironia ao emitir uma opinião, possa nos permitir interpretar e descrever o jogo discursivo presente nessas notícias.

Assim, podemos observar que aquilo que é dito a partir da FD1 (‘voz’ favorável à realização da Conferência), em grande parte, o é feito por meio do uso do Discurso Direto,

“É preciso elevar a produtividade a novos patamares, de modo a gerar mais riqueza depredando menos o ambiente”, diz o economista americano e prêmio Nobel Thomas Heller.

“Quando falamos em destruição do planeta, usamos o termo errado. O planeta encontrará meios de se recuperar, a longo prazo, como sempre fez. O problema está no futuro que nós, humanos, teremos se não agirmos logo”, diz o economista Sérgio Besserman, chefe da comissão carioca na Rio +20.

enquanto que a FD2 (‘voz’ que descrê da necessidade de realização da Rio +20) é trabalhada principalmente pelo tom irônico, em que os próprios jornalistas se marcam pelo uso das desinências de 1ª pessoa, tanto do singular quando do plural, nos verbos, bem como pelo uso de uma linguagem assertiva, forte e irônica:

Direto ao ponto: perdemos muito mais lugares e espécies do que salvamos.

(...) temos de admitir que um conservadorismo concentrado em erguer cercas e delimitar lugares distantes, que só alguns poucos podem aproveitar, é uma proposta inviável.

Além do mais, pensar discursivamente a prática jornalística é, segundo Mariani (1999), rejeitar fazer uma análise do que diz a imprensa, permanecendo na ingenuidade do caráter conteudístico, e enveredar para uma análise marcada pela desconstrução da superfície

linguística dos textos que interprete as filiações dos sentidos produzidos na relação com o interdiscurso. Portanto, ao colocarmos-nos na posição de analista em face ao espaço discursivo sobre a Rio +20 devemos tomar a linguagem em sua opacidade e buscar compreender, segundo Guimarães (2001), o que é notícia para o jornalismo e por que um fato é selecionado em detrimento de outro. É refletir, por exemplo, acerca do porquê de se noticiar uma Conferência Mundial que discute a questão da sustentabilidade e cerrar ‘as letras’ frente às muitas atividades sem nexos realizadas durante este encontro.

Assim, a AD subsidia um trabalho que coloca o analista na posição de compreender que apenas uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz significa em suas palavras, e coloca a necessidade de um dispositivo teórico-analítico já que “todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação” (ORLANDI, 2003, p.59).

Nessa perspectiva, não há análise sem mediação teórica já que o analista deve se colocar numa posição deslocada que o permita compreender o processo de produção dos sentidos e suas condições.

Podemos dizer que na injunção de interpretar, no batimento com a descrição, a produção dos sentidos no espaço discursivo em questão, “o analista (...) procura ver nele sua discursividade” (ORLANDI, 2003, p.77), tenta atingir “a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos naquele material” (ORLANDI, 2003, p.78) e que uma análise nunca é tida como finita, pois há sempre a possibilidade de se colocar num vai-e-vem constante entre arquivo/teoria/análise.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES

Durante este investimento teórico-analítico, estabelecemos nosso arquivo e nos lançamos a um breve movimento analítico. Procurando compreender os processos de construção de sentidos presentes nos textos selecionados, soubemos, primeiramente, que no espaço discursivo sobre a Rio +20, temos como contexto imediato os jornalistas da Veja e de agências agregadas enunciando, a partir do momento específico que antecede, materializa e que se coloca como posterior ao término das atividades do Encontro, para a terceira maior revista semanal de informação do mundo e a maior fora dos Estados Unidos, de acordo com as informações contidas no Site da Editora Abril; e em seu sentido lato, consideramos as injunções sócio-políticas em jogo na realização de uma conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, cujo foco seria a discussão sobre a renovação do compromisso

político dos países com relação ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, foi possível observar a existência de duas posições-sujeito a partir das quais os textos são produzidos: a *posição-sujeito jornalista brasileiro*, que enuncia a partir de certo efeito de neutralidade e objetividade, próprias aos interditos editoriais do jornalismo brasileiro; e a *posição-sujeito jornalista estrangeiro*, que enuncia a partir de um outro lugar da produção jornalística, o lugar da opinião, da demarcação de posicionamentos, em nosso caso, um posicionamento de descrença quanto à necessidade de realização da Rio +20.

Não podemos deixar de apontar para o fato de que, de modo geral, parece-nos que a produção textual presente na Revista Veja mantém a prática da reprodução parafrástica acerca dos acontecimentos socialmente relevantes, sem que haja um movimento polissêmico que dê vazão às interpretações possíveis.

Por fim, parece-nos necessário afirmar que essa forma de olhar para os textos nos permite compreender as possibilidades de sentido que se nos colocam a partir das produções cotidianas que circulam em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AUTHIER–REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *In: Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, SP.n.19.pp.25-42. jul/dez.1990.

AUTHIER–REVUZ, J. **Palavras Incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

FREITAS, M. T. de A. **Vygotsky e Bakhtin**. Psicologia e Educação: um intertexto. São Paulo: Ática, 1994.

LAGE, N. **Linguagem Jornalística**. 8.ed. São Paulo:Ática, 2006.

MARIANI, B. S. C. Discurso e Instituição: a Imprensa. *In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP- NUDECRI*. Campinas, SP, n.05, mar.1999.

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa**: os Comunistas no Imaginário dos Jornais. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP:UNICAMP, 1998.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). *In: ORLANDI, E. P. (org.) Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARIANI, B. S. C. Políticas de Colonização Linguística. *In: Revista LETRAS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria, RS, v.27, jul. 2003.

MARIANI, B. S. C.; SOUZA, T.C.C. de. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? *In:*

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e Cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. *In*: LAGAZZI-RODRIGUES, S. & ORLANDI, E. P. (orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, E. P. Do Sujeito na História e no Simbólico. *In*: **Escritos**. Campinas, SP: LABEURB/ UNICAMP, v.4, 1999.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista: Discurso do Confronto. Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, E. P. (org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. (org.) **Língua e Conhecimento Linguístico: para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. A Língua brasileira. *In*: **Línguas do Brasil**. Ciência e Cultura. Revista da SBPC, ano 57, n.02, abril/jun. 2005a.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento: as Formas do Discurso**. 2.ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos**. Campinas, SP:

Editora da UNICAMP,1992.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. *In*: GUIMARÃES, E. R. J. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**. Estado Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *In*: **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, BA: UESB, n.01. 2005b.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**.15.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006b.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas. *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. P (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F. & HAK, T (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.